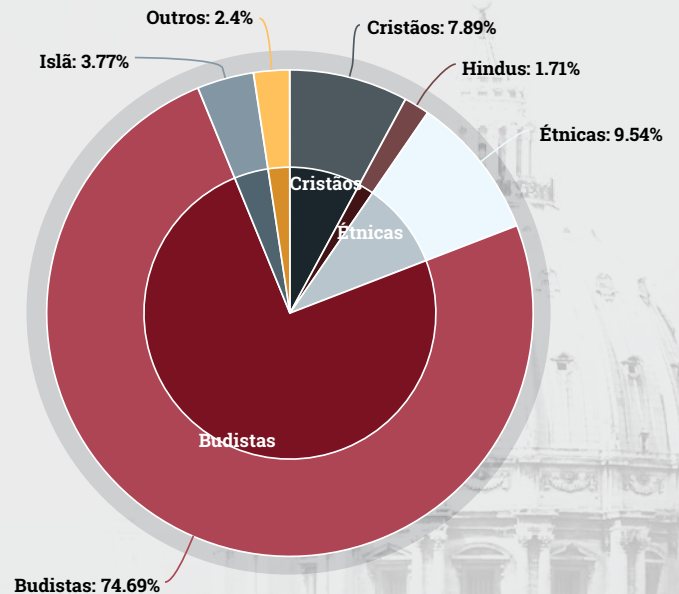
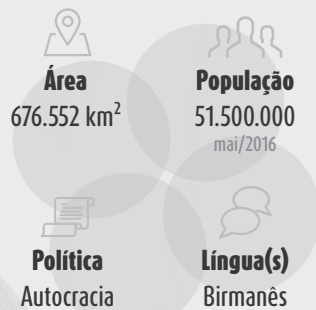


Mianmar



Em 8 de novembro de 2015, o povo de Mianmar participou nas primeiras eleições democráticas credíveis em mais de vinte e cinco anos. O Governo de apoio militar no poder, liderado pelo presidente Thein Sein, que tomou o poder em 2011, embarcou num período de reformas que levou a estas históricas eleições multipartidárias. A *National League for Democracy* (NLD) [Liga Nacional para a Democracia], liderada pela Nobel da Paz Aung San Suu Kyi, teve uma vitória esmagadora, com 86% dos lugares no Parlamento Nacional, pondo fim a mais de cinquenta anos de domínio militar. Seguiu-se então um período transitório de quatro meses, até 15 de março de 2016, quando o novo presidente, Htin Kyaw, foi eleito pelo Parlamento. O presidente tomou posse em 30 de março de 2016 e o novo Governo entrou em funções. Foi criada a nova função de Conselheiro de Estado, com poderes semelhantes aos de um primeiro-ministro. Aung San Suu Kyi foi nomeada para esta função, além de ser também nomeada como ministra dos Negócios Estrangeiros.

Aung San Suu Kyi está proibida de se tornar presidente devido à cláusula 59ª alínea f) da Constituição de 2008, introduzida pelos militares, que declara explicitamente que ninguém com um cônjuge ou filhos que sejam cidadãos de um país estrangeiro é elegível para a presidência. Embora o seu marido britânico, Michael Aris, tenha falecido em 1999, os seus dois filhos mantêm a cidadania britânica.

A Constituição também reserva 25% dos lugares no Parlamento para os militares e dá o controle militar a três principais ministérios: Ministério do Interior, Ministério do Controle de Fronteiras e Ministério da Defesa. Além disso, os militares retêm o direito constitucional de tomar o poder em caso de estado de emergência. A transição para uma

democracia genuína em Mianmar está, por isso, na sua infância e permanece muito frágil.

Entre os principais desafios que o novo Governo enfrenta estão três que se relacionam diretamente com a liberdade religiosa: abordar o crescente nacionalismo religioso, que resultou numa escalada da intolerância religiosa desde 2012; procurar um acordo justo para a minoria muçulmana da população rohingya marginalizada, a quem é atualmente negado o reconhecimento dos seus direitos de cidadania em Mianmar; e acabar com décadas de guerra civil entre o Exército de Mianmar e as nacionalidades étnicas, muitas das quais são cristãs, sobretudo os Kachin, os Chin, os Karenni e os Karen.

Em 2015, foi nomeado o primeiro cardeal de Mianmar. O Cardeal Charles Maung Bo, Arcebispo de Rangum, a antiga capital e principal cidade, é visto como uma das vozes mais corajosas e abertas sobre os direitos humanos, a liberdade religiosa, a harmonia inter-religiosa e a paz. Em Fevereiro de 2016, o Cardeal Bo dirigiu-se a uma reunião do Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas, em Genebra, apelando à ação “para prevenir o discurso de ódio e de incitamento à violência”.^[1] O cardeal também pediu que o novo Governo em Mianmar convidasse o Relator Especial da ONU para a Liberdade Religiosa ou de Crença a visitar o país.

[1] Ver uma recolha dos seus discursos publicada pela Christian Solidarity Worldwide, Fundação AIS, Missio, e Conferência Episcopal Católica de Inglaterra e País de Gales: “The Cardinal Who Brings Poetry to the Faith: Quotes from Cardinal Charles Maung Bo”, 2016 (<http://www.csw.org.uk/2016/05/10/event/3092/article.htm>).

DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA E APLICAÇÃO EFETIVA

A Constituição de Mianmar garante que “cada cidadão tem igual direito à liberdade de consciência e o direito a professar e praticar livremente a religião, sujeito à ordem pública, à moral ou à saúde pública e às outras disposições nesta Constituição”. Contudo, a Constituição também declara que: “A União reconhece a posição especial do Budismo enquanto fé professada pela grande maioria dos cidadãos da União”, ao mesmo tempo que simplesmente “reconhece o Cristianismo, o Islamismo, o Hinduísmo e o Animismo como religiões que existem na União no momento em que esta Constituição entra em vigor”.

A Constituição afirma também que: “O abuso da religião para fins políticos é proibido. Além disso, qualquer ato que se destine ou seja suscetível de promover sentimentos de ódio, inimizade ou discórdia entre comunidades raciais ou religiosas, ou seitas é contrário a esta Constituição. Pode ser promulgada uma lei para punir tal atividade.” No entanto, desde 2012, um movimento nacionalista budista inicialmente conhecido como “969” e agora conhecido como Ma Ba Tha (que significa Comitê para a Proteção da Raça e da Religião)^[2] emergiu e envolveu-se muito ativamente em ações que promovem o ódio, semeiam a divisão e promovem os objetivos políticos de alguns grupos. Nenhuma medida foi tomada para prevenir essas atividades, e há algumas provas de uma associação estreita entre alguns elementos do Ma Ba Tha e alguns elementos do partido com apoio militar *Union Solidarity Development Party* (USDP) [Partido do Desenvolvimento Solidário da União], do antigo Governo.

Em 2015, quatro novas leis, conhecidas como Leis de Proteção da Raça e da Religião, foram promulgadas por instigação do Ma Ba Tha.^[3] Estas leis incluem medidas que restringem a conversão religiosa e o casamento inter-religioso. A Lei da Conversão Religiosa^[4] requer que os cidadãos de Mianmar que desejem mudar de religião devam obter autorização para o fazerem junto de uma Comissão de Registro para a conversão religiosa recém-estabelecida ao nível municipal, constituída por responsáveis governamentais dos ministérios dos Assuntos Religiosos, Imigração, Assuntos das Mulheres, educação e Administração. Os candidatos são obrigados a submeter-se a uma entrevista e a envolver-se em estudos religiosos por um período até noventa dias, antes de

ser emitido um certificado de conversão religiosa. As penalizações pelo não cumprimento destes regulamentos incluem prisão até dois anos ou uma multa até 200 mil Kyats (aproximadamente 150 €), ou ambos.^[5]

A Lei do Casamento Especial das Mulheres Budistas de Mianmar regulamenta os casamentos das mulheres budistas com homens não budistas. Se uma mulher tiver menos de 20 anos, deve obter o consentimento parental. A lei permite que as conservatórias de registro locais apresentem publicamente a intenção de casamento durante catorze dias, para determinar se há qualquer objeção às uniões propostas. Um casal apenas pode casar-se se não houver objeções. Caso haja objeções, a questão pode ser levada a tribunal.^[6]

O Relator Especial da ONU para a Situação dos Direitos Humanos em Mianmar, o Relator Especial da ONU para a Liberdade Religiosa ou de Crença, e a Comissão Norte-Americana para a Liberdade Religiosa Internacional, entre outros, manifestaram-se contra esta legislação, argumentando que as leis violam as normas internacionais de direitos humanos e contribuem para a crescente atmosfera de intolerância religiosa. Em setembro de 2015, o Cardeal Bo emitiu um apelo escrito, apelando para que estas leis fossem revistas e avisando que elas ameaçam as perspectivas de paz e “o sonho de um Mianmar unido”.^[7]

Outro documento legislativo, que também foi usado nos últimos dois anos para minar a liberdade religiosa, é a Seção 295 do Código Penal de Mianmar, relacionada com os insultos à religião. Em dezembro de 2014, Phil Blackwood, dono de um bar neozelandês, e os seus colegas de Mianmar usaram uma imagem de Buda para promover o bar e restaurante, tendo sido detidos e acusados no âmbito da Seção 295 e presos por dois anos e meio.^[8] Blackwood foi libertado em 2016. Num caso separado, também em dezembro de 2014, Htin Lin Oo, escritor e membro da *National League for Democracy*, foi detido depois de falar contra o Ma Ba Tha e contra os que pregam o ódio e incitam à violência. Sendo ele próprio budista, criticou os budistas que propagam o ódio ou incitam à violência, dizendo que essas ideias eram incompatíveis com os ensinamentos do Budismo. Em Junho de 2015, foi condenado a dois anos de prisão com trabalhos forçados, acusado no âmbito da Seção 295 por “insulto ao Budismo”.^[9] As Nações Unidas condenaram a sentença.^[10] Em 2016, foi libertado.

[5] “Burma: ‘Four Race and Religion Protection Laws Adopted’”, *Global Legal Monitor*, 14 de Setembro de 2015 (<http://www.loc.gov/law/foreign-news/article/burma-four-race-and-religion-protection-laws-adopted/>).

[6] *Ibid.*

[7] “Myanmar’s religion laws ‘a death knell for peace’”, 10 de Setembro de 2015 (<http://www.ucanews.com/news/myanmars-religion-laws-a-death-knell-for-peace/74244>).

[8] “Myanmar court finds trio guilty of insulting religion”, BBC, 17 de Março de 2015 (<http://www.bbc.co.uk/news/world-asia-31918269>).

[9] “2 Years Hard Labour for Htin Lin Oo in Religious Offense Case”, Zarni Mann, *The Irrawaddy*, 3 de Junho de 2015 (<http://www.irrawaddy.com/burma/2-years-hard-labor-for-htin-lin-oo-in-religious-offense-case.html>).

[10] “UN rights office calls on Myanmar to release jailed columnist and guarantee free expression”, 3 de Junho de (<http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=51042#>).

[2] “Myanmar’s Ma Ba Tha monks flex their political muscle”, BBC, 8 de Outubro de 2015 (<http://www.bbc.co.uk/news/world-asia-34463455>).

[3] “Myanmar nationalist monks stage large rally as religious tensions grow”, Reuters, 4 de Outubro de 2015 (<http://www.reuters.com/article/us-myanmar-politics-idUSKCN0RYOK020151004>).

[4] “Burma: Religious Conversion Bill is Major Setback”, *Christian Solidarity Worldwide*, 23 de Janeiro de 2015 (<http://www.csw.org.uk/2015/01/23/press/2448/article.htm>).

INCIDENTES

Em julho de 2014, a violência antimuçulmana chegou às ruas da segunda maior cidade de Mianmar, Mandalay.^[11] Os incidentes de violência antimuçulmana tinham tido início em 2012 no estado de Rakhine e propagaram-se ao longo de 2013 para localizações como Meiktila, Oakkan e Lashio. Em Mandalay, duas pessoas foram mortas: um budista e um muçulmano. A violência, que começou quando multidões nacionalistas budistas atacaram casas de muçulmanos, durou quatro dias. Um relatório do *Justice Trust* concluiu que a violência foi instigada por grupos externos para fins políticos, no âmbito de um esforço para minar a transição para a democracia.^[12]

No contexto do conflito nos estados étnicos de Mianmar, e particularmente no estado de Kachin, as minorias religiosas foram atacadas. Desde que o conflito no estado de Kachin aumentou em 2011, depois de o Exército de Mianmar ter violado um cessar-fogo de dezessete anos, pelo menos sessenta e seis igrejas foram destruídas. Em Janeiro de 2015, duas professoras da escola missionária cristã Kachin no estado de Shan foram encontradas mortas, tendo sido violadas em grupo e assassinadas. De acordo com fontes da *Christian Solidarity Worldwide*, “tropas do exército de Mianmar entraram nas instalações da igreja onde as moças estavam dormindo, violaram-nas e espancaram-nas até à morte. Aldeãos próximos as ouviram gritando e, quando foram verificar, viram marcas de botas do Exército e os corpos mortos das moças violadas e ensanguentadas. ... Os membros da igreja foram à polícia local, mas a polícia não tomou medidas.”^[13] A Convenção Batista Kachin está liderando uma investigação sobre este caso, porque as autoridades não tomaram quaisquer medidas.^[14]

Nos estados de Chin e Kachin, onde a população é predominantemente cristã, os militares conduzem há muito tempo uma política que força os Cristãos a destruir as cruzes das encostas e do cimo das montanhas, em alguns instantes obrigando-os a construir pagodes budistas em substituição. Estas práticas podem ter diminuído desde 2012, mas não cessaram totalmente. Em Janeiro de 2015, por exemplo, a Organização de Direitos Humanos Chin reportou que as autoridades locais ordenaram a remoção de uma cruz com 16 m de altura. Um idoso local da etnia Chin enfrentou acusações por erigir esta cruz.^[15]

V1L7nPkrLIU).

[11] “Anti-Muslim Riots Turn Deadly in Myanmar’s Mandalay City”, Radio Free Asia, 2 de Julho de 2014 (<http://www.rfa.org/english/news/myanmar/riot-07022014164236.html>).

[12] “Hidden hands’ stoked Mandalay communal violence: NGO”, Mizzima, 23 de Março de 2015 (<http://www.mizzima.com/news-domestic/%E2%80%98hidden-hands%E2%80%99-stoked-mandalay-communal-violence-ngo>).

[13] “CSW condemns rape and murder of Burmese teachers”, 22 de Janeiro de 2015 (<http://www.csw.org.uk/2015/01/22/news/2442/article.htm>).

[14] “One year after Kachin teachers’ death, justice still elusive”, The Myanmar Times, 19 de Janeiro de 2016 (<http://www.mmmtimes.com/index.php/national-news/18525-one-year-after-kachin-teachers-death-justice-still-elusive.html>).

[15] “Ethnic Chin Christians in Myanmar ordered to remove cross”, UCA News, 30 de Janeiro

Em abril de 2016, um monge budista, Myaing Kyee Ngu, construiu um pagode (torre) budista e uma estátua, e erigiu uma bandeira budista nas instalações de uma igreja anglicana no estado de Karen, e mais tarde fez o mesmo perto de uma mesquita, alegando ter tido um sonho que o inspirou a acreditar que devia construir um pagode nestes lugares.^[16] Líderes cristãos locais apelaram à calma, reconhecendo que, se reagissem a essa provocação, isso poderia levar à violência.^[17] Em maio de 2016, o monge construiu outro pagode nas instalações da igreja.^[18]

A crise mais grave relacionada com a liberdade religiosa em Mianmar hoje em dia tem a ver com a luta dos rohingyas no estado de Rakhine. Desde 2012, milhares de rohingyas têm vivido em péssimas condições, seja mantidos em campos sem acesso a cuidados de saúde adequados ou ajuda humanitária, ou arriscando as suas vidas para fugirem de Mianmar por barco para o mar alto. A organização não-governamental *Fortify Rights* detalha a perseguição sistemática dos rohingyas no seu relatório de 2014 intitulado «*Policies of Persecution: Ending Abusive State Policies Against Rohingya Muslims in Myanmar*» [Políticas de perseguição: Pôr fim às políticas estatais abusivas contra os muçulmanos rohingya em Mianmar].^[19] Em 2015, dois importantes relatórios de investigação jurídica, um da autoria da Allard K. Lowenstein *International Human Rights Clinic* da Faculdade de Direito de Yale^[20] e o outro da autoria da *International State Crime Initiative* da Queen Mary University of London,^[21] sugeriram que havia provas de potencial genocídio.^[22] Atualmente, a luta dos rohingyas revela poucos sinais de melhoria.^[23]

de 2015 (<http://directory.ucanews.com/news/ethnic-chin-christians-in-myanmar-ordered-to-remove-cross/1898>).

[16] “Myanmar monk builds pagodas in church and Muslim areas”, Channel News Asia, 27 de Abril de 2016 (<http://www.channelnewsasia.com/news/asiapacific/myanmar-monk-builds/2737768.html>).

[17] “Christians in Burma Patiently Endure Building of Pagodas on Church Lands”, Morning Star News, 3 de Maio de 2016 (<http://morningstarnews.org/2016/05/christians-in-burma-patiently-endure-building-of-pagodas-on-church-lands/>).

[18] “Myanmar Buddhist Monk Erects Another Pagoda on Disputed Land”, Radio Free Asia, 4 de Maio de 2016 (<http://www.rfa.org/english/news/myanmar/myanmar-buddhist-monk-erects-another-pagoda-on-disputed-land-05042016154223.html>).

[19] Fortify Rights, “Policies of Persecution: Ending Abusive State Policies Against Rohingya Muslims in Myanmar”, Fevereiro de 2014 (http://www.fortifyrights.org/downloads/Policies_of_Persecution_Feb_25_Fortify_Rights.pdf).

[20] “Persecution of the Rohingya Muslims: Is Genocide Occurring in Myanmar’s Rakhine State?”, Allen K. Lowenstein International Human Rights Clinic na Faculdade de Direito de Yale, 2015 (<https://www.law.yale.edu/system/files/documents/pdf/Clinics/fortifyrights.pdf>).

[21] “Countdown to Annihilation: Genocide in Myanmar”, Penny Green, Thomas MacManus, Alicia de la Cour Venning, International State Crime Initiative, Faculdade de Direito, Queen Mary Universidade de Londres, 2015 (<http://statecrime.org/data/2015/10/ISCI-Rohingya-Report-PUBLISHED-VERSION.pdf>).

[22] “Exclusive: ‘Strong evidence’ of genocide in Myanmar”, Al Jazeera, 28 de Outubro de 2015 (<http://www.aljazeera.com/news/2015/10/exclusive-strong-evidence-genocide-myanmar-151024190547465.html>).

[23] “Things are only getting worse for Burma’s Rohingya Muslims”, Daniel Maxwell, Correspondente para a Ásia, 11 de Setembro de 2015 (<https://asiancorrespondent.com/2015/09/things-are-only-getting-worse-for-burmas-rohingya-muslims/>).

O Papa Francisco falou, condenando o seu tratamento como “uma forma de guerra”^[24] enquanto o Cardeal Bo de Mianmar afirmou que a perseguição aos rohingyas é “uma cicatriz aterradora na consciência do meu país”^[25] Bo descreveu os rohingyas como um povo “entre os mais marginalizados, desumanizados e perseguidos do mundo. São tratados pior que animais. Despojados da sua cidadania, rejeitados pelos países vizinhos, são tornados apátridas. Nenhum ser humano merece ser tratado desta forma. Sem uma solução, as perspectivas de paz genuína e de verdadeira liberdade para o meu país vão ser negadas, pois ninguém pode dormir descansado à noite sabendo como um grupo específico de pessoas está a morrer simplesmente por causa da sua raça e religião.”

ódio e pelo medo”^[28] A liberdade religiosa ou de crença em Mianmar vai requerer a atenção, os conhecimentos especializados e os recursos da comunidade internacional sob formas muito variadas durante os próximos anos.

PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

A eleição de um Governo liderado pela National League for Democracy e por Aung San Suu Kyi deveria trazer alguma esperança de que a liberdade religiosa ou de crença em Mianmar seja mais bem protegida e promovida. Aung San Suu Kyi disse numa entrevista à BBC pouco depois das eleições que “o ódio não tem lugar” no país e que o seu Governo iria proteger as minorias e trazer justiça aos que incitam ao ódio ou à violência.^[26] Em Maio de 2016, foi anunciado que Aung San Suu Kyi iria liderar uma nova iniciativa para garantir a paz no estado de Rakhine.^[27]

Não obstante, o seu Governo enfrenta desafios significativos ao lidar com estas questões: o potencial para a religião ser usada pelos seus opositores políticos, incluindo por desencadear novas ondas de violência por razões religiosas para desestabilizar o seu Governo, permanece muito real. Por isso, as expectativas devem ser realistas e o progresso vai ser lento. É pouco provável que as Leis de Proteção da Raça e da Religião sejam revogadas nos próximos dois anos, porque o Governo conhece a fúria que um tal passo incitaria no seio do Ma Ba Tha. Da mesma forma, é pouco provável que a Seção 295 do Código Penal seja revogada, mas talvez não seja utilizada como tem sido. Alguns passos para contrariar o discurso de ódio podem ser mais realistas, talvez em conjunto com medidas para promover o diálogo e o entendimento inter-religioso. Tal como a própria Aung San Suu Kyi disse: “O preconceito não é removido facilmente e o ódio não vai ser removido facilmente”, embora “a grande maioria do povo queira a paz... eles não querem viver alimentados pelo

[24] “Francis: Burmese treatment of Rohingya minority a form of ‘war’”, Joshua J. McElwee, National Catholic Reporter, 7 de Agosto de 2015 (<http://ncronline.org/news/vatican/francis-burmese-treatment-rohingya-minority-form-war>).

[25] “Freedom of religion among Myanmar’s ‘biggest challenges’”, World Watch Monitor, 26 de Maio de 2016 (<https://www.worldwatchmonitor.org/2016/05/4479490/>)

[26] “Myanmar election: Aung San Suu Kyi positions herself for victory”, BBC, 10 de Novembro de 2015 (<http://www.bbc.co.uk/news/world-asia-34774952>).

[27] “Myanmar’s Suu Kyi to lead new effort on restive Rakhine State”, Reuters, 31 de Maio de 2016 (<http://www.reuters.com/article/us-myanmar-politics-idUSKCN0YM19S>).

[28] Myanmar election: Aung San Suu Kyi positions herself for victory”, BBC, 10 de Novembro de 2015 (<http://www.bbc.co.uk/news/world-asia-34774952>).